

Estudos Cebrap 24

http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/o_terciario_e_a_divisao_social_c.pdf

FRANCISCO DE OLIVEIRA

O TERCIARIO E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

1. PROBLEMAS TEÓRICOS DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A divisão social do trabalho, em grandes linhas, foi concebida desde os clássicos segundo um esquema que denunciava a distância entre a produção material realizada pelos homens e a natureza; neste sentido, a agricultura e as diversas atividades desenvolvidas diretamente em contato com a natureza, tendo por base o *fator terra*, seriam as atividades assim chamadas *primárias* (nestas incluindo-se também as atividades diretamente de mineração que consiste em simplesmente *arrancar* da natureza algo que lhe está nas entranhas); a indústria ou a manufatura, em sentido mais estrito, correspondia a um estágio em que a distância entre a produção material e a natureza se denunciava precisamente porque se elaborava — o trabalho elaborando — sobre algo que já era *menos* natural, correspondendo a desdobramentos de um primitivo trabalho exercitado diretamente sobre os meios naturais; os serviços, ou o que modernamente veio a ser denominado de Terciário — sendo a indústria o Secundário — correspondem a uma classe de trabalho ou de divisão social deste que já tem tão remotas ligações com a natureza, que seus produtos ou o resultado da aplicação da força de trabalho resulta em produtos imateriais, sem corporeidade, *são serviços*, uma forma muito especial da produção social.

Sobre a divisão social do trabalho e as classes de produtos que ela gera em suas diversas instâncias, construíram-se teorizações do mais diverso calibre, desde a extrema posição fisiocrata, que chegava a postular que o único trabalho útil ou produtivo era o que se dava na agricultura, até as posições que anunciam uma espécie de “Revolução nos Serviços” abrindo lugar para o que já se está chamando de Quaternário, isto é, uma classe de serviços que, nesse campo da divisão social do trabalho, corresponderia à Segunda Revolução Industrial: seriam os escritórios de computação e processamento de dados, os laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, os escritórios de publicidade e *marketing*, num espectro cuja fuga não-bachiana chega até os já quase palpáveis limites ou umbrais do Admirável Mundo Novo. Entretanto, os clássicos não chegaram a postular um esquema evolutivo a partir dessas três subdivisões básicas; os demais reconheciam a correlação entre progresso e divisão social do trabalho *mais no interior* de cada uma das três grandes subdivisões: Marx chega mesmo a dizer que, a partir de certo momento, a agricultura se industrializa, no sentido de que as relações de produção se equalizam entre cidade

e campo, e, noutro sentido, o de que a divisão social do trabalho *no interior* da agricultura se especialize e se diversifique, interpondo-se entre o homem e o meio natural os meios de produção que caracterizam a produção industrial. Os neoclássicos e marginalistas, por exemplo, nenhum papel concediam às diferenças entre agricultura e indústria, campo e cidade, já que os fatores de produção, em suas concepções, eram completamente intercambiáveis e substituíveis. Tanto a posição dos clássicos em geral, quanto a dos neoclássicos *tendiam* a borrar as diferenças de divisão social do trabalho entre os três grandes setores, concedendo mais importância às *diferenças que se desdobram no interior* delas.

Foi Colin Clark, em seu famoso *The Conditions of Economic Progress*, quem estabeleceu uma espécie de lei evolutiva da divisão social do trabalho ao nível dos três grandes setores. As porcentagens de emprego e renda de cada setor na formação do produto social *indicariam* o grau de progresso, de avanço, ou de desenvolvimento econômico, na linguagem mais asséptica do segundo pós-guerra. Assim, uma economia com alta porcentagem de emprego e renda na agricultura seria — com algumas ressalvas — uma economia atrasada, subdesenvolvida, enquanto uma economia com alta participação da indústria no emprego e na renda indicaria uma economia desenvolvida, sendo que o grau mais avançado de desenvolvimento corresponderia a economias onde predominassem os serviços na formação da renda e na estrutura do emprego. Colin Clark conseguiu mostrar a correlação existente entre essa “evolução” e os níveis de renda *per capita*, nos principais países que experimentaram consideráveis avanços na divisão social do trabalho, contrapondo-os a países cujas economias continuavam gravitando em torno da agricultura ou das atividades primárias e seus baixos níveis de renda. O esquema de Clark assumiu, gradualmente, e provavelmente contra a vontade ou o que pensava seu propositor, o estatuto de uma espécie de “lei”.

Esse esquematismo, como todo esquematismo, terminou por esquecer as determinantes históricas da divisão social do trabalho, as relações técnicas que emergem a partir da configuração de certos modos de produção, dando menos atenção a esses aspectos e principalmente menor atenção ao aspecto das relações inter-setoriais. Por exemplo, uma economia cuja base principal seja a agricultura, e, mais especificamente, uma agricultura de exportação, terá certamente um setor de serviços muito avançado, que empregará uma porção significativa da força de trabalho — mais significativa que a do setor Secundário — e comparecerá, na formação da renda ou do produto, com peso também significativo. Isto quer dizer que uma economia deste tipo é

desenvolvida? Esta é uma situação bem típica das economias precisamente *menos* desenvolvidas, o que levou os analistas, muito rentes à proposição de Colin Clark, freqüentemente a “becos sem saída” teóricos e práticos. Noutro contexto, numa economia como a norte-americana ou a inglesa, cuja agricultura tem uma baixíssima participação na formação do produto e na estrutura do emprego, tem sentido em falar-se de divisão social do trabalho entre agricultura e indústria, entre campo e cidade? Não será melhor compreendida uma economia desse tipo através do estudo dos *ciclos do capital* e de suas formas, que através dessa *divisão* social do trabalho, já tornada obsoleta desde que as relações de produção se homogeneizaram completamente? A agricultura, nessas economias, com esse grau de avanço não estaria precisamente demonstrando, em grau extremo, *como se transfere a virtualidade do trabalhador ao meio de produção?* Neste sentido, *nada seria mais antinatural* que uma agricultura capitalizada, desenvolvida? Pense-se que ao redor de 4 a 6% da força de trabalho norte-americana produz o suficiente para superalimentar a população norte-americana e ainda produzir excedentes que atuam permanentemente, em algumas rubricas, como fatores de desestabilização do mercado internacional.

Sobre o caráter do Terciário, bem pouco se tem especulado. Pareceria ser uma *evolução natural* no sentido primeiro de distanciamento entre o homem e a natureza; mas seus determinantes históricos e estruturais são, no mais das vezes, esquecidos; seu papel, enquanto esfera particular da circulação do capital, quase nunca é lembrado. E, entretanto, é precisamente sob esses aspectos que a chamada “terciarização” pode ser melhor entendida. Em primeiro lugar, o Terciário tem sido, do ponto de vista teórico e para efeitos classificatórios, tudo o que não cabe nos outros dois grandes setores: tudo que não ganha o caráter corpóreo da mercadoria é jogado no Terciário. E no entanto a dificuldade cresce com o próprio progresso da divisão social do trabalho. As fronteiras entre as mercadorias e os serviços parecem borrar-se, em alguns casos: o exemplo mais conspícuo outra vez dá-se no campo da cibernética. O processamento de dados é uma mercadoria ou um serviço? A recuperação da própria noção de divisão social do trabalho torna-se possível apenas se se abandona o “naturalismo” das distinções entre mercadorias e serviços, e um certo “moralismo” que subjaz por detrás da utilização dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo. Essa recuperação aponta como “demarche” necessária a utilização dos conceitos sobre os ciclos, as formas do capital e as mudanças ocorridas no interior do próprio sistema capitalista, sua passagem de um

capitalismo concorrencial para um capitalismo monopolista. Exatamente porque se trata de “divisão social do trabalho”, esta não pode ser imune às intensas transformações ocorridas no interior do modo de produção capitalista, vale dizer, na divisão social do trabalho que corresponde a esse modo de produção.

De um lado, há que pensar nas formas históricas da divisão social do trabalho. Em muitos casos, *a mudança na forma* é que determina o novo caráter da divisão social do trabalho, não se trata, propriamente, *da criação* de uma nova atividade, mas de sua *separação* — daí o conceito de “divisão” — de um conjunto anterior de trabalho simples. É o caso clássico do artesão que é simultaneamente agricultor e manufator; quando algumas dessas atividades que coexistem na mesma pessoa se separam, dando lugar a um desdobramento da divisão social do trabalho, a mudança na forma anuncia simultaneamente a separação entre produtor e meios de produção e, portanto, *a criação* de uma nova relação de produção: em síntese, novas atividades na divisão social do trabalho requerem substanciais mudanças formais, que são ao mesmo tempo mudanças de conteúdo. No caso dos serviços, por exemplo, os serviços de antanho e as nossas empregadas domésticas de hoje expressam um Terciário que, em algum momento, vão desligar-se das casas residenciais e aparecerem *como uma nova atividade* na divisão social do trabalho; e não se pode dizer que não houve nenhuma mudança, pelo simples fato de que a nova atividade *cumpr*e *como função* a mesma que antes era desempenhada por serviços ou empregados domésticos.

Por outro lado, o sistema capitalista de produção — é o óbvio ululante dizê-lo —, é também um sistema de dominação. Em algum sentido, não no sentido principal, para não cairmos em especulações *à la Nouveaux Philosophes*, Glucksman et alii, muitas das funções intermediárias entre direção e base, proprietários e não-proprietários, exploradores e explorados, constituem-se *em funções de controle social*, que permanecem mesmo quando as relações técnicas já as tornaram obsoletas. É o caso dos capatazes, dos apontadores, dos fiscais de secção, no interior das fábricas, e é o caso de muitas funções e profissões nos serviços: quando as relações técnicas e o chamado avanço tecnológico apontam no sentido da eliminação de funções, ocupações e profissões, assiste-se à persistência delas, cumprindo papéis de controle social sobre os trabalhadores da base técnica e produtiva propriamente dita. Exemplifiquemos: o avanço em técnicas de diagnóstico médico, por exemplo, tornou possível transferir para pessoal menos qualificado na hierar-

quia do conhecimento certas tarefas simples; o avanço farmacológico combinado com o conhecimento do caráter social das enfermidades, por exemplo, tornou também uma tarefa simples o diagnóstico da grande maioria das doenças chamadas de massa. Entretanto, requer-se sempre a presença de um médico para receitar a mais banal medicação para uma prosaica “dor de barriga”. Veja-se bem, o que se está exemplificando aqui não é uma petição rousseauniana de “volta à natureza”, no estilo de agora voltarmos aos curandeiros: é simplesmente reconhecer que *não é o atraso* da ciência médica que permite a simplificação desses procedimentos, *antes é o seu avanço*. Mas, apesar disso, a presença do profissional, que está no topo da pirâmide de certa especialização, funciona, em alguns casos, simplesmente como mecanismo de controle social, sendo tecnicamente desnecessária. O “Grande Pai” do terror orwelliano é apenas o anúncio da terrível síntese entre desnecessidade técnica e necessidade de controle social e político no capitalismo.

Sendo histórica, a divisão social do trabalho expressa o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o grau de concentração e centralização do capital, a produtividade da força de trabalho, sua organização econômica e política; noutras palavras, a divisão social do trabalho sob o capitalismo monopolista difere da existente no capitalismo concorrencial não apenas em função de graus, mas difere qualitativamente. Em presença de grandes organizações econômicas, a divisão social do trabalho não expressa apenas relações técnicas que são quantitativamente distintas, mas relações sociais qualitativamente diversas. Isto, por si só, constitui uma obviedade, mas geralmente passa-se ao largo dessa obviedade, como se tudo decorresse de relações técnicas determinadas exclusivamente pela quantidade dos fatores em jogo. A estrutura das grandes organizações econômicas de um lado, e a organização da classe trabalhadora, de outro, impõem uma forma de Estado, por exemplo, bastante distinta do Estado do *laissez-faire*, e somente isto já é suficiente para introduzir profundas modificações na luta de classes e na divisão social do trabalho. Todo um aparato de planejamento para a intervenção estatal, por exemplo, era inconcebível como dimensão da divisão social do trabalho no capitalismo concorrencial; a própria ênfase que alguns autores, como Galbraith, dão à mudança de uma burocracia para uma tecnocracia — ainda que discutíveis os termos e o entendimento do caráter da mudança que tais autores assumem — é suficiente para assinalar que no coração do aparelho de Estado como no das grandes organizações econômicas, mudanças fundamentais na divisão técnica e social do trabalho ocorreram.

O tratamento da divisão social do trabalho encontra seu melhor desdobramento sob um enfoque que unifique as relações interdepartamentais com os ciclos do capital e as esferas da produção, distribuição, circulação e consumo. Releva-se em segundo plano a abordagem que privilegie os setores como *locus* da divisão social do trabalho, *desde que* se esteja em presença de movimentos homogeneizadores da reprodução do capital; esse *desde que* é muito importante, pois no caso da coexistência de formas diferentes de reprodução, ainda que subordinadas à dinâmica mais abrangente do capital, as diferenças quer setoriais quer entre campo e cidade, por exemplo, constituirão formas diferentes da divisão social do trabalho. Por exemplo, um enfoque que situe os problemas na relação de equilíbrio entre os departamentos básicos da economia revela-se de muito maior utilidade que um enfoque setorial, pois do ponto de vista dos processos de acumulação faz mais sentido saber-se que tipo de bens lidera o processo de expansão, quais os graus de internalização da produção de bens de capital; sob outro aspecto, a divisão social do trabalho na agricultura, por exemplo, ganha outro sentido se se tem em conta a projeção do capital industrial sobre a agricultura — no sentido de que a própria agricultura se industrializa — e as repercussões que essa projeção acarreta em termos da força de trabalho.

Particularmente no que respeita ao tratamento da divisão social do trabalho no Terciário é que um novo enfoque que privilegie os aspectos anteriormente abordados revela sua riqueza, abrindo o passo à saída da falsa pergunta sobre o tamanho do terciário, sua “necessidade”, sua “improdutividade”, sua “inchação”, sua proporcionalidade em relação aos outros setores, e algumas outras questões ou formas de abordar o problema que revelam a incompreensão do que sejam os serviços no sistema capitalista de produção; essa incompreensão chega até às aberrações de certas proposições que pensam que o emprego no Terciário pode expandir-se indefinidamente, como se a divisão social do trabalho que preside à estruturação do setor fosse “não-econômica”, isto é, não guardasse nenhuma relação com a produção. O óbvio, que vale a pena ressaltar, muitas vezes ficando escondido exatamente pela sua obviedade, é que o Terciário é o setor dos serviços, uma classe de produção incorpórea, é que nele se concentram todas as atividades *não-produtivas strictu-sensu*; isto não quer dizer que boa parte dos serviços não seja produtivo (transportes, telecomunicações, por exemplo, são os exemplos mais à mão para demonstrar o caráter produtivo desses serviços: o de transportar, o de comunicar). Com isto se quer dizer que o Terciário engloba as atividades que estão nas esferas da circulação, da distribuição e

do consumo. Esse simples reconhecimento põe de pé também outra questão: o Terciário *não é* simplesmente aquilo que não cabe nos outros setores, embora dificuldades de ordem estatística e de classificação levem muitas vezes a certas confusões (por exemplo, oficinas de *reparação* deviam, rigorosamente, fazer parte do Secundário, pois estão reproduzindo ou mantendo uma certa mercadoria); ele pode ser entendido se se entender a circulação, a distribuição e o consumo, e as relações que, por via dessas funções, guarda e estabelece com os setores ditos produtivos *strictu sensu*, primário e secundário.

Neste sentido, talvez não haja outro setor da divisão social do trabalho que reflita, expresse, de forma mais radical, o caráter anárquico do sistema de produção capitalista (não confundir anarquia com caos, pois muitas vezes no *facies* urbano a expansão dos serviços tem características realmente caóticas). De fato, se se pensa por exemplo no primado do capital, não é muito surpreendente a expansão dos serviços chamados de intermediação financeira, que compreendem os bancos, as companhias financeiras, as de seguros, enfim, todo o aparato de *circulação* do capital; ao mesmo tempo, o caráter anárquico explica *por que* existem tantos bancos, tantas agências financeiras quando, se se pensasse numa racionalização dos processos de circulação, o número desses agentes poderia — hipoteticamente, apenas, em se tratando de um sistema capitalista — ser extraordinariamente reduzido. Por outro lado, os processos de concentração e centralização do capital explicam também a redução que se opera no número dos agentes — não por nenhum processo de racionalização — ao mesmo tempo que se amplia o controle do chamado capital financeiro sobre o conjunto da economia, o que responde pela ampliação dos serviços que cuidam exatamente do controle do capital financeiro. Noutra sentença, do ponto de vista da distribuição e circulação de mercadorias, seria fácil pensar num sistema integrado entre os produtores e os consumidores, velho sonho acalentado inclusive por adeptos de uma espécie de “socialismo dos tolos” que pensa que o vendeiro e o padeiro da esquina são os responsáveis pela alta do custo de vida etc. Mesmo no terreno da utopia mais nobre, não resulta muito alentador trabalhar com hipóteses da supressão dos chamados “intermediários”: é impossível conceber-se uma economia moderna em que os produtores entreguem seus produtos diretamente aos consumidores — essa *re-união* entre produtores e consumidores se dá ou se dará noutra plano: no momento em que produtores e consumidores se confundirão enquanto proprietários dos meios de produção; mas, enquanto agentes diferenciados da divisão social do trabalho, não há terreno para pensar-se na supressão dos serviços

de circulação e distribuição das mercadorias. Doutra parte, esses serviços na sua infinita segmentação em pequenos estabelecimentos, sede da pequena-burguesia em seu sentido mais rigoroso, apontam em primeiro lugar para o já referido caráter anárquico do sistema capitalista, abrindo o passo a processos de racionalização do trabalho, o que não é nem de longe utópico; o próprio sistema capitalista o realiza, não sob pressão da racionalização da divisão social do trabalho, mas quando esses serviços passam a ser uma fronteira para a expansão do capital: é quando se assiste à substituição da cissiparidade dos pequenos estabelecimentos pela concentração nos supermercados, lojas de departamentos etc. Esses exemplos poderiam ser expandidos para todas as outras dimensões da divisão social do trabalho no Terciário que expresse suas funções na circulação, distribuição e consumo das mercadorias e do próprio capital. Neste sentido, se recupera a funcionalidade — no sentido de *forma* — dos serviços, descartando-se perguntas e questões bizantinas sobre a “necessidade”, a “improdutividade”, e outros quejandos, e, também, proposições para resolver o problema do emprego que pensam o Terciário como uma espécie de pirâmide keynesiana; versão essa que desembocou em alguns casos na teoria da marginalidade urbana, que confundiu as *formas* de expansão do Terciário com os níveis de pobreza gerados não pelo Terciário mas pelo estilo peculiar de expansão capitalista nas economias periféricas.

Esse último aspecto abordado situa em suas dimensões a questão da relação dos serviços ou do terciário com os processos de acumulação de capital. A versão do Terciário como uma espécie de cloaca do desemprego — não se desconhece certas funções que os serviços desempenham na manutenção de uma fração latente do exército industrial de reserva — surgiu como uma espécie de corolário do marxismo vulgar que pensa o conjunto dos serviços como “improdutivos”; as duas formas de interpretação do terciário têm, em comum, uma visão desarticulada dos serviços nos processos de acumulação de capital, e, basicamente, das inter-relações e determinações entre o terciário ou os serviços e os setores chamados produtivos *strictu sensu*. Seja a vertente marxista vulgar, seja a versão keynesiana, também vulgar, diga-se de passagem — cujo denominador comum pode ser encontrado na convergência de teorizações do Terciário como “improdutivo”, o que quase sempre é confundido como “não-necessário” — elas dão lugar a confundir as relações do Terciário ou dos serviços em geral com os processos de acumulação. Assim, o Terciário é visto geralmente como um *locus* especial de “queima do excedente”, tanto público quanto privado, ou, na versão pobre do keynesianismo, como um suce-

dâneo da construção de pirâmides, cuja única função é manter altos os níveis da demanda agregada.

Se não se pensa teoricamente a questão do Terciário e de suas relações com o processo de acumulação de capital em condições históricas *concretas*, jamais se poderá ultrapassar as pobres visões clichêizadas que já se assinalou, o que dará lugar, nas proposições que se fazem para a intervenção planejada no Terciário, a utopias pobres que se resumem na tentativa — vã, em quase todos os sentidos — de supressão dos serviços. E no campo do planejamento urbano, as conseqüências desse tipo de interpretação chegariam a ser catastróficas, se aplicadas: o que vale é que a vida — a necessidade dos serviços — é mais forte que a arte — a utopia dos planejadores. Suprimir do urbano os serviços equivale quase a suprimir o urbano, como se o urbano não fosse a soma das determinações emanadas dos setores produtivos que, especialmente, representa, na verdade, o *locus* por excelência de uma divisão social do trabalho, que expropriou os proprietários, separou trabalhadores dos meios de produção, produziu um mercado de força de trabalho, e, nessa progressão, expandiu a divisão social do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo.

As relações intersetoriais, em condições históricas concretas, expressam sentidos bastante diversos do processo de acumulação à escala global. Conforme já se assinalou, uma economia voltada basicamente à exportação de bens primários, fatalmente terá um Terciário maior que o Secundário; isto, além de não permitir uma utilização *a la Darwin* dos esquemas de Colin Clark, adverte para o porquê dessas aparentes dimensões desproporcionadas do Terciário, precisamente nas cidades, quando o *locus* da produção ainda é fundamentalmente agrário. Porque, do ponto de vista das relações internacionais, o Terciário funciona como divisão social do trabalho da circulação e da distribuição, e a utilização massiva de mão-de-obra nesses serviços responde a uma necessidade do processo de acumulação nesta etapa: a de não competir com os fundos de acumulação destinados à atividade principal, contribuindo para afastar o espectro da queda tendencial da taxa de lucro. Não por acaso todas as economias coloniais, ou os países que foram objeto da espoliação colonial, são exatamente países que têm, hoje, as mais vastas *aglomerações urbanas* do mundo, em complexa contradição com sua anterior — e em muitos casos, ainda atual — base agrária de produção: os exemplos? Brasil, Índia, Indonésia, a própria China, para citar apenas os de expressão populacional mais significativa; em todo caso, todos os demais, mesmo de contingentes populacionais menos expressivos, pare-

cem-se todos com uma criança hidrocefálica: as capitais, sedes dos antigos processos de espoliação colonial, enormemente grandes em comparação com o resto do país, concentrando a maior parte dos recursos não apenas de população, mas de todo outro caráter. O caráter do Terciário aí, nessas situações, é determinado, em primeiro lugar, pela predominância do complexo agroexportador na divisão social do trabalho interno, e, em segundo, pelas relações colonialistas ou imperialistas, em outra etapa, o que quer dizer, de uma só vez, ausência de campesinato, não-acesso à propriedade agrária, ausência de mercado interno, embotamento dos processos de industrialização, produção de excedentes populacionais pelo latifúndio e sua absorção pelas cidades, caráter geralmente burocrático das cidades etc.

Quando o processo de industrialização se impõe como motor da expansão da divisão social do trabalho, o caráter das relações intersetoriais muda radicalmente, embora as aparências possam continuar, aos olhos menos avisados. Em alguns casos, a maioria deles, os processos de industrialização deixaram intocadas as bases da rígida estrutura agrária: o mercado interno crescerá apenas e na medida em que um forte processo de concentração da riqueza — renda e propriedade — for capaz de dar saída à produção; o campo, rigorosamente, não funcionará, nessa etapa, como mercado para a indústria. Do ponto de vista das relações com o Terciário, a industrialização exigirá fortes contingentes de mão-de-obra, que ela sugará do Primário, que, mantidas intocadas as velhas estruturas agrárias, continuará produzindo excedentes populacionais *strictu sensu* (do ponto de vista das necessidades do latifúndio), e as empregará seja como força de trabalho industrial, seja como força de trabalho na expansão horizontal do Terciário, cuja absoluta necessidade outra vez entra em conflito com a primazia da necessidade de capitalizar a indústria: assiste-se, então, ao que se chamou, até muito recentemente, à “explosão demográfica”, em países cujas economias, pelas antigas características de subordinação colonial, já eram — contradição assaz complexa — muito urbanos: por sobre o antigo Terciário destinado a sustentar as funções de circulação e distribuição dos bens exportadores, cria-se agora um Terciário cuja função é sustentar a expressão urbana dos processos de industrialização. Chame-se a isso produtivo ou improdutivo, pouca diferença faz para quem vive procurando chifre na cabeça de elefante: faz enorme diferença, entretanto, se se quer compreender o caráter das relações intersetoriais em condições concretas da expansão das forças produtivas. A soma dos contingentes de força de trabalho para ocupar os novos postos da indústria, dos enormes contingentes necessários para uma expansão *horizontal* — quer dizer, sem

capitalização — dos serviços e dos contingentes que formam o exército industrial de reserva, produziu as enormes metrópoles latino-americanas, asiáticas e africanas, e as teorizações vulgares já assinaladas culpam o crescimento do Terciário pela marginalização social, econômica e política decorrente desses processos que evidenciam uma radical mudança na forma/ conteúdo da industrialização dos países periféricos. Neste caso, o importante, antes de pensar nas magnitudes absolutas dos setores, é pensar a relação existente entre eles, tendo como pano de fundo mais geral e mais abrangente os processos de acumulação. A metropolização, por exemplo, aparece como não apenas um resultado absolutamente determinado desses processos — e o é, se concretamente pensadas as relações cidade-campo nessa etapa — mas como uma tendência avassaladora, que produzirá para o futuro cidades gigantescas, aglomerações urbanas de 20 a 30 milhões de pessoas, e isto consiste apenas numa extrapolação a-histórica de relações intersetoriais pretéritas que não têm nenhuma necessidade de repetir-se “ad nauseam” para o futuro; e não se repetirão, pois já estão em franco processo de mudanças.

Em outra etapa, com a ampliação/consolidação da indústria como centro da divisão social do trabalho, e a necessária predominância do capital industrial como *forma*, as relações intersetoriais experimentarão mudanças significativas; o importante é ver, por exemplo, que a agricultura ou o campo em geral *se industrializa*, e essa industrialização tem vários sentidos, todos convergentes, embora dramaticamente contraditórios do ponto de vista do destino das massas de semicamponeses, colonos etc. O campo se industrializa, *primeiro* do ponto de vista da projeção, do controle do capital industrial, dos seus excedentes, sobre o campo; em *segundo lugar*, ele se industrializa porque consome agora mercadorias industriais: e não as consome porque agora é mercado importante para a indústria, conforme pensam os keynesianistas vulgares; ele torna-se mercado importante para a indústria porque é o excedente do capital industrial que se projeta sobre o campo, e não o contrário, porque exista uma demanda do campo que agora passa a ser satisfeita pela indústria. Em *terceiro* e importante lugar, ele se industrializa porque as relações de produção passam a ser fundamental e preponderantemente assalariadas, o que quer dizer que as diferenças nos processos de acumulação entre cidade e campo passam a ser diferenças de “ranking” dentro do mesmo marco estrutural, e não mais diferenças entre, por exemplo, processos de acumulação primitiva e processos de extração de mais-valia. Esse enorme conjunto de mudanças afetará a quantidade e a qualidade dos três setores e os rede-

finirá *internamente*, numa cadeia de relações multipolarizadas, para as quais a esquemática divisão de Colin Clark já é claramente insuficiente para dar conta da divisão social do trabalho. Todos esses processos devem ser vistos e podem ser entendidos à luz dos problemas postos em dia pela concentração e centralização do capital, e portanto pelas *formas* desses processos, dos quais é inescapável o próprio papel do Estado, das grandes corporações nacionais e internacionais, e da organização econômica e política das classes trabalhadoras. Em síntese, é o conflito social, em sua expressão mais ampla, que passa — deixou de ser em alguma época? — a ser a chave para a explicação da divisão social do trabalho e de suas tendências, e não um simples esquema evolutivo.

2. TENDÊNCIAS DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo é tomado aqui como um marco de referência político-administrativa, e não como se existisse uma “economia paulista”; à medida mesma em que as relações de produção *tendem* a homogeneizar-se no conjunto da economia nacional — e esse processo é comandado precisamente pelas forças econômicas que fizeram de São Paulo, com o processo de industrialização, seu *locus* espacial privilegiado — deixa de ter sentido falar-se em “economia paulista”, “economia mineira”, “economia nordestina” etc. Na medida em que permanecerem áreas espaciais onde as relações de produção *localmente* predominantes, ainda que *nacionalmente* subordinadas, forem diferentes, permanece tendo sentido falar em “regiões”.

Seria enfadonho e ademais pobre em relação aos trabalhos especializados que já deram conta das transformações mais radicais descrever passo a passo as referidas transformações na divisão social do trabalho que tiveram seu fulcro nos limites do Estado de São Paulo. Nem desde o ciclo do café, rigorosamente, se poderia falar assim: é mais o próprio ciclo do café, suas mudanças externas e internas, que avançando desde o Estado do Rio e Sul de Minas, pelo Vale do Paraíba adentro até alcançar o Oeste paulista e daí desbordando para Mato Grosso, que explica o sentido das transformações, que dá alguma peculiaridade à “economia paulista”; certamente, o tipo de mercadoria que é o café, e dadas as relações de produção que presidiram sua expansão constituíram uma “região” que coincidia, *grosso modo*, com o Estado de São Paulo.

Do ponto de vista mais agregado, a divisão social do trabalho em São Paulo, tomando-se como anos extremos de referência 49/50 e 70, mostrou uma composição do emprego e da renda interna em que o setor primário cedeu sua primazia na ocupação da força de trabalho, inicialmente, para o terciário e relativamente menos para o secundário, entre as décadas de 50 e 60. Na formação da renda, o primário, ainda é predominante em 50, com o secundário em posição imediatamente após, que se inverte em 70, quando o secundário passa a ser o principal, caindo o primário para uma terceira posição. A posição do terciário na formação da renda interna pouco se alterou, ao longo dos últimos vinte anos: de 44,7% em 49/50 para 46,5% em 70. Esses dados macro-agregados expressam razoavelmente o que todo mundo sabe: que São Paulo tornou-se o principal centro industrial do país, da economia nacional. Entretanto, a um nível menos agregado, é que o caráter dessas transformações começa a revelar-se. A queda na posição relativa do setor primário, tanto do ponto de vista do emprego quanto da formação da renda interna, e a substituição gradativa pelo predomínio do secundário ou da indústria, em termos menos rigorosos, mostra a extraordinária façanha que se completou nestes últimos decênios, da passagem de uma economia de base agroexportadora para uma economia de base industrial-urbana. Mas a posição do terciário na composição da renda interna pouco se alterou, enquanto sua posição ou participação no emprego total mudou fundamentalmente, a ponto de constituir-se no principal setor empregador da mão-de-obra, residindo aqui o que se tem chamado de tendência para a terciarização da economia paulista. O que quer dizer isso? Utilizando-se um esquema evolutivo vulgar, a partir das proposições de Colin Clark, não parece ter havido avanço na divisão social do trabalho ou pelo menos na repartição ou distribuição do produto social, desde que as porcentagens de participação do terciário na formação da renda pouco se alteraram. Entretanto, visto *cum grano salis*, o caráter das proporções e das relações intersetoriais se altera profundamente. Em primeiro lugar, o enorme salto do setor secundário somente se explica precisamente pelo caráter da industrialização que João Manoel Cardoso de Mello chamou de "capitalismo tardio": uma industrialização para a qual a agricultura *não* existia como *locus* dos seus *outputs*, mas apenas como fornecedora de mão-de-obra e abastecedora de algumas matérias-primas industriais; uma industrialização que, comandada pelas forças oligopólicas nacionais e internacionais, comandada pelo setor de bens duráveis de consumo, necessariamente não apenas não carecia da agricultura, como *não podia* carecer dela, pois uma industrialização voltada para a agricultura produziria um padrão de renda

menos concentracionista e necessariamente indutor de fortes transformações nas estruturas do agropaulista e nacional.

As relações com o Terciário ilustram outros aspectos fundamentais da expansão capitalista dos dois últimos decênios. Ainda quando o setor primário empregava mais de 40% da força de trabalho e comparecia com uns 24% da renda interna — denunciando, desde logo, a baixa produtividade desse setor — a participação do terciário na ocupação não passava de 29%, mas sua participação na formação ou na apropriação da renda interna — dependendo do caráter produtivo ou improdutivo — já era de quase 45%. Ora, essa alta porcentagem na formação ou apropriação da renda interna não se explica em termos do “distanciamento” do terciário da natureza, mas somente pode ser compreendida se se tem em conta as referências teóricas do capítulo anterior, se se vê o terciário como setor por excelência dos processos de circulação, distribuição e consumo das mercadorias e do próprio capital. É fato sobejamente conhecido da história econômica do país que os gordos lucros do café estavam em mãos dos exportadores — na esfera da circulação, portanto — e dos bancos nacionais e internacionais — na esfera tanto da distribuição do produto quanto da circulação do capital, portanto. Daí, mediante simples relações entre pessoal ocupado e porcentagens na formação/apropriação da renda não se pode deduzir que o terciário da época do predomínio do setor primário tinha “produtividade” mais alta, e que o terciário na época do predomínio do setor secundário tenha, agora, “produtividade” mais baixa, induzindo às famosas teorizações sobre a marginalidade que o crescimento do terciário produz. Simplesmente, a alta porcentagem do terciário na formação/apropriação da renda interna nos diz uma coisa de há muito sabida, que quanto mais atrasada uma economia, maior é a preponderância do capital comercial e do capital bancário — ainda não se podia falar em capital financeiro — no processo global de produção social.

No final dos anos cinquenta, melhor dizendo, na década de cinquenta, a divisão social do trabalho vai apresentar uma série de transformações cruciais para o entendimento da moderna economia capitalista nacional. É a “explosão industrial” ou a Revolução Industrial em plena marcha no país. O setor secundário avança na formação/apropriação da renda interna do Estado de São Paulo de 31% para quase 44%, enquanto as proporções da força de trabalho nele empregadas permanecem praticamente as mesmas, com um ligeiro recuo até; já na década dos sessenta, conforme o Censo de 70 informa, a participação do secundário na formação/apropriação da renda interna sobe apenas de 44% para 48%, enquanto sua participação na ocupa-

ção da força de trabalho dá um salto mais significativo: de 25% para 34%. O significado dessas proporções se revela por inteiro tendo-se como referência o caráter "tardio" dessa industrialização: ela absorverá — ao contrário do que supunha a existência de um imenso exército de reserva — tecnologia "capital-intensiva" na década dos cinquenta e, pela mesma razão, e ademais em presença de salários reais contidos, sua produtividade experimentará ganhos espetaculares, dando lugar a um intenso processo de acumulação. Sua relação com o setor primário mantém-se basicamente a mesma não necessitando dele como mercado, já que sua própria acumulação ainda não propicia a massa de excedentes necessária para que o capital industrial se projete sobre a agricultura, induzindo à sua modernização; mas muito dessa industrialização é já, na verdade, "industrialização" da agricultura, pois os ramos que dependem fundamentalmente de insumos primários mantêm ainda uma alta participação na estrutura interna do setor industrial: têxteis, alimentos, para dar dois exemplos. De modo que, pelo mecanismo do valor adicionado, parte da agricultura se "internaliza" dentro da indústria, o que faz diminuir, em termos relativos, a participação do setor primário na formação/apropriação da renda, ao mesmo tempo que o avanço da industrialização, menos por sua expressão diretamente fabril e mais por sua "condição urbana" vai forjando, desmantelando, parcialmente, as estruturas agrárias e trazendo gente do campo para as cidades, seja dentro do próprio Estado de São Paulo, seja de outras partes do país, notadamente Minas e o Nordeste.

É nas relações com o terciário que o papel modificador da expansão industrial mostra sua cara mais expressiva (muito embora, ao nível agregado de dados com que se trabalha, essas relações intersetoriais *não se mostrem* e sejam apenas deduções analíticas). De fato, na etapa que está se analisando, em que a participação do secundário na formação/apropriação da renda interna dá saltos espetaculares, embora sua participação na ocupação da força de trabalho mantenha-se praticamente a mesma, no terciário ocorre um intensíssimo acréscimo na ocupação da força de trabalho, denunciando aquele processo em que a industrialização se fez socorrendo-se de um crescimento horizontal dos serviços — sem nenhuma capitalização e à base do puro incremento do emprego — ao mesmo tempo que a participação do terciário na formação/apropriação da renda interna mantém-se ou até decai, a confiar inteiramente nas estatísticas censitárias. Como se explicam essas relações? Desse ponto de vista, ocorre até uma "des-terciarização" — com o perdão do neologismo — na divisão social do trabalho no Estado de São Paulo. Somente um exame mais acurado das relações interse-

toriais e da composição interna de cada setor pode fornecer uma resposta mais precisa, mas é permitido deduzir que o processo de crescimento horizontal do terciário o torna menos captador da renda interna, ao próprio tempo que a intensa capitalização do setor secundário concentra mais ao nível das próprias empresas industriais as esferas de circulação e distribuição das mercadorias, do próprio capital e da repartição do produto social. Como entender, entretanto, que um intenso processo de industrialização possa ter “des-terciarizado” a divisão social do trabalho, nos termos propostos? Em primeiro lugar, o processo de circulação de mercadorias ganha velocidade com o crescimento horizontal dos serviços: o transporte rodoviário, por exemplo, substitui o ferroviário e a navegação de cabotagem — e frise-se, também, é a etapa em que decaem relativamente as exportações — e o transporte rodoviário emprega mais gente; a proliferação do comércio, como parte dos Serviços de Produção, dá-se na base da expansão dos pequenos estabelecimentos; já do ponto de vista da formação/apropriação da renda, uma economia industrial é menos flexível em termos das margens de lucro a serem divididas entre o capital industrial e o capital comercial, fenômeno este também bastante conhecido na história econômica ocidental. Tanto a oscilação de preços ao nível do mercado, quanto a divisão da mais-valia entre produtores industriais e comerciantes é mais rígida numa economia industrial, e o capital industrial retém sempre uma parte maior do excedente do produto social. É sob esse ângulo que se pode entender, na etapa de intensa industrialização, que esta tenha sido acompanhada — exigindo, mesmo — um intenso crescimento da ocupação nos serviços, ao próprio tempo em que lhe rebaixava sua quota de participação na formação/apropriação da renda interna.

Doutro ângulo também é possível analisar-se o padrão de relações intersetoriais que a predominância do setor secundário nos processos produtivos estabelece com os demais setores, mormente o terciário. Uma industrialização comandada pela expansão da produção de bens duráveis de consumo induz à criação de novas atividades que são classificadas no terciário, e que mais propriamente se poderia chamar de um secundário de “reparação” ou de “re-posição”. É o caso das pequenas oficinas de consertos de toda espécie, desde as do mecânico da esquina que cada vez que mexe no automóvel o torna menos mecânico, até as pequenas oficinas de conserto de liquidificadores, bateadeiras, geladeiras, máquinas de lavar etc., incluindo toda a parafernália que, se de um lado libera frações do exército industrial de reserva nos domicílios — e libera até as donas-de-casa de classe média, que passam a “profissionalizar-se” —

de outro alimenta um exército de semi-artesãos. Esse tipo de divisão social do trabalho no terciário somente é inteligível investigando-se não o próprio terciário, mas o padrão estrutural do secundário que lhe dá lugar. Em outra etapa, provavelmente esse terciário “reparador” ou não existirá, se os preços relativos dos bens de consumo duráveis em relação à renda pessoal caírem — o padrão americano em que não se conserta nenhuma dessas tralhas, jogando-as logo no lixo, o que é um sinal do imenso excedente de produto social desperdiçado — ou se concentrará em grandes estabelecimentos, onde outra vez é o predomínio do excedente do capital industrial que se projeta sobre uma antiga faixa de serviços, que funciona agora como fronteira de expansão do próprio capital industrial: é o caso, já em nossos dias, dos grandes distribuidores e revendedores de automóveis, que dispõem de enormes oficinas, num movimento de expansão e concentração do capital industrial, que desativará toda a imensa quantidade de pequenas oficinas de fundo de quintal criadas pela expansão da indústria automobilística. Noutro caso, em que a indústria de bens de capital e de bens intermediários tome a dianteira do processo de acumulação, não haverá lugar para oficinas de conserto de fundo de quintal: oficinas de conserto de tornos, fresadeiras, prensas etc. são, a rigor, tão fábricas quanto as que produzem originalmente essas mercadorias, e não se compatibilizam com uma estrutura de pequenos estabelecimentos, onde a utilização da força de trabalho do próprio dono é mais um simulacro do seu túmulo que da acumulação de capital.

Algumas tendências apresentam-se com evidência transparente, e é sobre elas que cabe refletir, senão para a intervenção planejada mais utópica pelo menos para que não se malgastem esforços humanos e recursos materiais. A primeira evidência, que preside a toda estruturação da divisão social do trabalho, é de caráter nacional/internacional: a economia nacional, entendida esta expressão como *espaço social de reprodução do capital*, mostra o processo de homogeneização monopolística, que é o produto da interação das diversas formas de propriedade e controle do capital: o tripé capital nacional — capital internacional — capital estatal. Se São Paulo é, relativamente, o centro de irradiação dessa tendência, é evidente que sua marca mais profunda expressa-se ao nível das relações de produção e das relações intersetoriais nesse espaço — aqui no sentido político-administrativo — que constitui seu território; mas essa tendência é mais abrangente: a industrialização do Nordeste é outra de suas expressões, assim como a instalação da Fiat em Minas Gerais também o é: esta não se localizou em São Paulo, seja porque não é preciso localizar-se mais *strictu sensu*

em São Paulo, dado o caráter oligopolístico da produção/mercado da indústria automobilística, seja porque não localizar-se em São Paulo representou para a Fiat acaparar recursos do Estado nacional e de Minas Gerais que, *se localizada em São Paulo* não o conseguiria, e portanto teria poucas chances de somar-se às “grandes irmãs” que controlam a produção automobilística nacional: Volkswagen, Ford, General Motors, Chrysler. Tanto a industrialização do Nordeste, quanto a localização da Fiat em Minas, são expressões do mesmo processo e de sua tendência: da concentração e centralização do capital e da homogeneização monopolística do espaço econômico nacional. A partir dessa tendência, nos grandes ramos, a localização passa a ser um problema de equação de custos, ou, em outras palavras, de maximização da taxa de lucro; é um problema micro que pode — ironicamente — ser tratado até com ferramentas neoclássicas, pois o pressuposto geral da produção já está estabelecido. A invasão da Amazônia pelas grandes empresas agropecuárias-florestais é outra expressão do mesmo processo: ao invés de modernizar-se a produção pecuária do Rio Grande do Sul, de longe a mais produtiva do país, os incentivos fiscais — que são uma expressão dos processos de concentração e centralização do capital, funcionando os recursos públicos *como uma espécie de capital financeiro geral* que financia esses processos — devassaram a Amazônia. Um marginalista/neoclássico não entenderia esse processo, pois segundo seus pressupostos “a produtividade marginal do capital” seria mais alta se se modernizasse a pecuária do Rio Grande do Sul. Mas os marginalistas/neoclássicos sobraram nessa como em outras interpretações... Pois o Rio Grande do Sul “pecuário” constitui, ainda, uma “região”, em que o controle do processo de acumulação não pode ser rompido senão mediante altíssimos custos, que envolveriam toda uma redefinição da estrutura agrária, coisa que os processos de concentração e centralização do capital fazem mais facilmente com os recursos fiscais do Estado, na Amazônia...

O anterior serve para enfatizar que *não necessariamente* a expansão de qualquer ramo das atividades econômicas e portanto os desdobramentos da divisão social do trabalho terão São Paulo ou seus limites político-territoriais como sua sede específica, seu local de produção, embora seja claro que o controle do capital industrial, e já nesta etapa do capital financeiro, emanem em grande medida de São Paulo.

A segunda evidência refere-se precisamente à “industrialização” da agricultura. Em São Paulo esta tendência é mais que transparente: ela entra pelos olhos da cara. É o “bóia-fria,

acumulação e miséria” na expressão de Maria da Conceição D’Incao Mello; é a projeção do capital industrial sobre o campo, que se expressa não apenas no fenômeno da concentração fundiária, para dar lugar às vastas extensões que tornam a mecanização da soja e do trigo econômicas, mas da desconcentração na faixa intermediária dos 50 a 200 hectares, constituindo uma agricultura que Caldeira Brant chamou provisoriamente de “farmer”; os dois processos têm como resultado *da capitalização do campo* uma intensíssima redefinição das relações de produção, em primeiro lugar, e concomitantemente, das relações intersetoriais. Agora, sim, a agricultura é mercado para a indústria, e com a tendência à equalização dos custos de reprodução das forças de trabalho rural e urbana, as relações de acumulação entre os dois setores tendem — já estão — a mudar, levando água para maior capitalização da agricultura, e portanto para um padrão de relações entre campo e cidade que tende a homogeneizar-se. Do ponto de vista das relações entre os dois setores já citados e o terciário, a questão ainda não foi sequer levantada. Mas é óbvio que uma “industrialização” do campo tende também a acelerar a “terciarização” das cidades do entorno dos grandes cinturões, onde se processa a redefinição das relações de produção. Sob esse aspecto, aliás, os estudos da divisão social do trabalho pelas regiões administrativas do Estado de São Paulo, levados a efeito pela Secretaria de Planejamento do Estado, já demonstram a relativa homogeneização desses processos: em todas elas, a emergência dessa “terciarização” é evidente, em graus diferenciados, e com predominâncias distintas para os diversos subsetores que constituem o terciário.

Do ponto de vista da divisão social do trabalho *interna* ao setor secundário, a tendência à homogeneização do espaço econômico nacional responde pelas grandes linhas de força do processo. Isto não quer dizer, entretanto, que está em marcha um processo de “des-secundarização” do Estado de São Paulo; o que se quer dizer é que, tendo os grandes oligopólios à testa dos principais ramos industriais, as economias de escala e de aglomeração que no passado recente funcionaram como poderosos reforçadores da localização industrial têm, agora, nessa etapa, menos força. Isto, outra vez, é diferente de ramo para ramo, e principalmente se se tem em vista uma divisão social do trabalho interna à indústria mais marcada pelos tipos de bens — duráveis de consumo, não-duráveis de consumo, intermediários e de capital — que por subsetores. O comando oligopolístico mostrou que pode localizar praticamente em qualquer parte do país certos ramos de duráveis e não-duráveis

de consumo: a Springer-Admiral produz aparelhos de ar condicionado no Rio Grande do Sul, e a Brastemp os produz no Nordeste, e esta última empresa e mais Philco, Westinghouse, e não sei quantas mais os produzem em São Paulo. A Souza Cruz produz cigarros em praticamente todos os centros urbanos importantes do país, desde Belém até Porto Alegre, e o mesmo se processa na indústria de fósforos de segurança, por exemplo. Isto é, com o controle oligopolístico, a localização industrial passou a *poder ser* — não o é sempre — *ubíqua*, e a questão da localização é mais um problema de equação de custos *interna* a cada grande organização oligopolística que um problema de custos no sentido *dos fatores* às escalas nacional e regional. Mesmo porque, do ponto de vista da qualificação da mão-de-obra, os processos de acumulação que favorecem uma tecnologia “capital-intensive” reduzem os diferenciais de qualificação dessa mão-de-obra, ampliando a utilização do exército industrial de reserva em praticamente qualquer parte do país, ao contrário do que pensam os responsáveis por certos programas de educação e treinamento...

Já no que se refere à produção de bens intermediários, a questão se divide em dois aspectos principais, pelo menos. Aqueles bens intermediários, cuja produção na verdade constitui uma primeira elaboração do material *natural*, têm uma localização muito amarrada aos locais das reservas naturais: minérios, madeira, celulose, petróleo, para citar apenas esses. Numa etapa de intensa oligopolização, ao contrário da indústria de bens duráveis e não-duráveis de consumo, a localização não será *ubíqua*, mas, quanto mais amarrada e mais próxima às reservas naturais, mais próximo estará o ponto de maior maximização da taxa de lucros dos grandes oligopólios. Desse ponto de vista, portanto, esse subsetor dos bens intermediários somente se expandirá em São Paulo, se aqui existirem reservas: é o caso de cimento, por exemplo, e de reservas que podem ser criadas: a intensa preferência pelo reflorestamento, no uso das deduções fiscais do imposto de renda, mostra bem esse processo. O outro subsetor de bens intermediários é mais propriamente manufaturas industriais de utilização pelas indústrias terminais e, neste caso, há uma tendência à satelitização das fábricas de bens intermediários em torno das indústrias terminais de bens de consumo ou de bens de capital; não há, portanto, uma tendência de localização autônoma, mas muito dependente. O exemplo da Fiat outra vez cabe como uma luva: esta, para conquistar seu lugar entre as “grandes irmãs” automobilísticas, e escapar do controle já exercido, está criando no entorno de Betim, em Minas Gerais, toda uma constelação de

indústrias de autopeças e outros bens intermediários para a montagem de seus carros. Essa estruturação *tende*, portanto, a ser presidida pela estruturação dos grandes oligopólios de bens finais, sejam de consumo sejam de capital.

A expansão do setor ou departamento de bens de capital *strictu sensu* provavelmente terá São Paulo ainda como *locus* espacial privilegiado. Claro está que neste departamento, como nos demais da indústria — com exceção das indústrias que são chamadas erradamente de “serviços de utilidade pública”, como a de energia elétrica, gás, água, esgotos etc. —, a estruturação oligopolística é que preside, em última instância, as demais esferas dessa atividade industrial, inclusive a localização. Mas aqui dois fatores entram com extraordinário peso: a qualificação da mão-de-obra, *latu sensu*, que inclui desde os engenheiros até os operários especializados, visto que, na verdade, a indústria de bens de capital, em sua grande maioria, não passa de ser uma *alta artesanía*, no sentido de que o capital não tomou do trabalhador *ainda* toda sua virtualidade técnica. E a mão-de-obra mais qualificada, seja no nível dos projetistas, seja no nível do operário produtivo, está em São Paulo. Nem interessa, do ponto de vista do grande capital, treinar ou deslocar grandes contingentes de mão-de-obra para outras partes do país, *mesmo porque ela se aproveita do exército industrial de reserva que a automação em outros ramos industriais vai criando*: por exemplo, os ferramenteiros, tão indispensáveis no atual estágio tecnológico da indústria automobilística, deixarão de sê-lo em breve espaço de tempo, enquanto eles poderão e continuarão a ser muito necessários na indústria de bens de capital. Doutro ponto de vista, a ligação da indústria de bens de capital com o “quaternário” — laboratório de projeto e “engineering”, por exemplo — é vital, e ainda quando sob certos aspectos a tecnologia implementada não seja mais que simples adaptações, ela exige um pessoal qualificado cujas melhores reservas estão em São Paulo.

Internamente, a divisão social do trabalho no terciário passa por um período de transformações, em alguns casos muito intensas. À homogeneização mais geral, que se expressa no fato de que em cada região administrativa do Estado o emprego no terciário ganha predominância sobre os outros, corresponde outra que é a predominância da Grande São Paulo no emprego terciário sobre o conjunto do Estado, matéria que será tratada mais esmiuçadamente no capítulo posterior. Em alguns sub-setores do terciário, como no da intermediação financeira, a tendência à concentração é mais que evidente, tendência válida ademais para o conjunto desse sub-setor de serviços na econo-

mia nacional. De modo geral, os padrões no interior do próprio setor terciário estão em processo de mudança para concentração de capital, aumento do tamanho das empresas, expansão e predominância das relações assalariadas; em suma, o padrão de *crescimento horizontal* nos serviços deixou já de ser predominante, embora em alguns subsetores ele esteja se expandindo, isto é, exista, na aparência, uma expansão ainda horizontal. Dizemos na aparência, porque de fato é também o barateamento de certas mercadorias, inclusive bens de capital, para o setor terciário, o que abre a possibilidade de, em alguns subsetores, voltar a predominar um padrão marcado pelo uso da força de trabalho familiar. O barateamento da produção de "freezers", por exemplo, a utilização de balanças automáticas, o avanço nas técnicas e processos de embalagem, a adoção de padrões e módulos de venda de mercadorias que antes eram privilégio dos supermercados, pode, em certos subsetores, como o do pequeno comércio, tornar inclusive desnecessário o assalariamento, dando lugar à volta ou à manutenção do trabalho da própria família. Mas todas essas tendências somente podem ser entendidas se se tem como sua determinante mais profunda o processo de concentração e centralização do capital, que encontra agora, no terciário sediado em São Paulo, uma excelente fronteira de ampliação, do mesmo modo sendo uma projeção dos excedentes do capital industrial sobre os serviços.

Nas três últimas décadas, notou-se um crescimento menos intenso dos serviços de produção, enquanto se expandiram mais os serviços de consumo individual e de consumo coletivo. Aparentemente, com o crescimento da produção de mercadorias, os serviços de produção — comércio, transportes, comunicações, armazenagem, intermediação financeira — *deveriam* ter crescido mais. Aqui, entretanto, cabe fazer dois reparos: em primeiro lugar, esses subsetores do terciário são os primeiramente atingidos pelos processos de concentração e centralização do capital; em segundo lugar, existe certamente um problema de subestimação estatística, pelo fato de que a estrutura das grandes corporações econômicas industriais *embute* dentro delas certos serviços que antes apareciam autonomamente: é o caso, por exemplo, dos serviços de transporte, das frotas de entrega, é o caso das telecomunicações (o uso do telex generalizou-se numa faixa que vai das grandes até as médias empresas); isto é, como os censos econômicos apanham ou registram o fenômeno pela ótica dos estabelecimentos, um setor de serviços dentro das grandes corporações industriais aparece classificado dentro do secundário e não mais no terciário. Quando se verifica que, do ponto de vista da ocupação, os funcionários de escritório crescem mais em volume que os empregados — operários, em

geral — diretamente ligados à produção, tem-se um indicador do fenômeno anteriormente descrito.

O estilo de expansão capitalista no Brasil nos últimos vinte anos, que levou a um processo de concentração da renda altamente exacerbado seja pela modificação oligopolística seja pela política de repressão salarial, deu margem por sua vez a uma expansão dos serviços de consumo individual, que foram os que mais cresceram nas últimas décadas, e onde duas tendências se manifestaram: de um lado, aumento do número de trabalhadores por conta própria — salões de beleza seria um excelente exemplo, que na verdade deveriam ser chamados de salões do consumo conspícuo ou de “engano dos bestas” — e de outro, concomitantemente, aumento também do número de assalariados. Em outras palavras, certos padrões do terciário são determinados pela estrutura da distribuição da renda, a qual, tendo piorado relativamente no Brasil nas duas últimas décadas, deu lugar à criação de toda uma gama de serviços de consumo individual, onde as classes burguesas e as altas e médias classes médias desperdiçam o resultado do botim perpetrado contra as imensas massas de trabalhadores dos campos e das cidades. De outro lado, os serviços de consumo coletivo, saúde, educação, transportes públicos, tradicionalmente nas mãos do Estado, já eram, desde há muito, de padrão nitidamente capitalista: isto é, as relações assalariadas existem há muito tempo — com a exceção das obras de emergência, como o das secas do Nordeste, onde a solução governamental consiste quase sempre em explorar mais uma massa de explorados. Mesmo nos serviços de consumo coletivo nota-se uma leve tendência ao aumento de trabalhadores por conta própria, o que é outra cara do “milagre” brasileiro, quando o Estado passou às mãos de particulares serviços como educação e saúde, com a privatização destas atividades que grassam como peste nos últimos anos, e que, por seu lado, contribuem para piorar a já deteriorada estrutura de distribuição da renda, o que se confirma, inclusive, pelo próprio fato de que os serviços de consumo coletivo cresceram menos que os serviços de consumo individual, e não pelas mesmas razões que explicam o baixo crescimento dos serviços de produção.

O crescimento das funções do Estado — no sentido político e não no sentido administrativo-territorial — é outra das facetas da “explosão” do terciário. Neste sentido, a expansão capitalista no Brasil é exemplar: uma mostra de que o capitalismo monopolista é essa especial fusão entre o público e o privado. A expansão do Estado na economia e na sociedade brasileira transpira por todos os poros, desde o crescimento do que se

tem chamado recentemente a tecnoburocracia do Estado, responsável pelo planejamento e gestão das empresas estatais, até o crescimento dos serviços de repressão. Essa expansão deu lugar à criação de toda uma gama de serviços, desde aqueles que se podem chamar "produtivos" até os que mesmo a controvérsia mais séria não pode deixar de reconhecer que são meros "queimadores" de excedente. Sob certos aspectos, pois, a terciarização se acelerou enormemente na economia brasileira e nos limites político-territoriais do Estado de São Paulo, numa escala sem precedentes. Essa questão, que não decorre de um mero evolucionismo, tem muito que ver com as funções do Estado na expansão/manutenção do capitalismo monopolista, do seu papel de financiador do próprio processo de concentração e centralização do capital e com o caráter especial do Estado autoritário brasileiro, em que a segurança do Estado foi erigida como peça principal do sistema, criando no interior de cada organismo estatal, por mais diminuto que seja, um serviço ou setor de segurança; na verdade, um serviço ou um setor de insegurança do cidadão.

As modificações na divisão social do trabalho, sumariadas, não têm como deixar de expressar as mudanças na estrutura social e nas relações entre as classes na sociedade. Neste sentido, estas mudanças assinalam, em primeiro lugar, pelo menos no que concerne a este estudo, no âmbito do Estado de São Paulo, uma ampla redefinição quantitativa e qualitativa das classes sociais. As mudanças no campo estão a indicar, de um lado, a criação de um proletariado rural, que, somado aos das cidades, conferirá nova dimensão ao proletariado nacional, com profundas repercussões sobre o caráter da sociedade como um todo, seus mecanismos de pressão, peso proporcional de cada classe na estrutura de poder, e por fim no próprio aparelho de Estado. De outro lado, emerge uma nova classe proprietária rural, anunciando-se o fim do latifúndio, pelo menos nas fronteiras do Estado de São Paulo. Os processos de concentração e centralização do capital no campo estão produzindo, além dessa unificação do proletariado do campo e das cidades, duas novas categorias ou classes sociais: uma, a grande burguesia das grandes corporações que se projetam sobre o campo, e outra uma pequena-burguesia, no sentido mais rigoroso do termo, um fenômeno inédito no campo brasileiro: não que antes não existissem pequenas propriedades, mas não eram pequena-burguesia, porque também não eram penetradas pelo capital industrial, nem expressão dele.

Nas cidades, soma-se ao proletariado fabril o proletariado rural que agora mora nelas. Há, evidentemente, cortes e abismos às vezes profundos entre setores desse imenso proletariado,

desde os assalariados das grandes corporações, até os “bóias-frias”. De outro lado, os setores das baixas classes médias comportam-se, enquanto cidadãos, como se fossem operários: as péssimas condições de urbanização de praticamente a totalidade das cidades no Brasil operou uma junção de interesses *cidadãos* que não é inteligível num esquema reducionista clas-sista às vezes chamado clássico. E inclusive o caráter da fusão Estado-empresas, em verdade redefiniu os contornos e os limites da chamada sociedade civil, operando um amplo amálgama de interesses cujo corte agora não se dá pela velha pergunta: são produtivos ou improdutivos esses setores das baixas classes médias? Do ponto de vista do conflito de classes, essa pergunta é irrelevante.

Por cima, paira a grande coalizão capital internacional + capital monopolista nacional + Estado; pelo meio, uma multidão de pequenas e médias empresas, lugar da pequena-burguesia *strictu sensu*, que sob o impacto das transformações ocorridas em cima e embaixo rejuvenesce permanentemente (o conceito vulgar da concentração e centralização do capital *pensa* que as pequenas e médias empresas desaparecerão). Em suma, a estrutura de classes na sociedade brasileira, e São Paulo é a melhor expressão disso, passou por intensas transformações cujo ápice ainda está longe de ter se esgotado, mas que já é suficiente para chegar-se a pensar que a “camisa é mais curta que o corpo”. Em outras palavras, está-se em presença de processos econômicos e sociais de crescente complexidade, ao invés da redução dos conflitos; o aparelho político da sociedade brasileira é curto demais para dar conta da dimensão do corpo social da Nação. Nestas circunstâncias, e uma digressão sobre a divisão social do trabalho mostra à saciedade esses processos, ou se criam os canais para a convivência da dissensão, ou o exercício do planejamento estatal assumirá cada vez mais, na forma e no conteúdo, uma função repressora, a tentar barrar, pela falácia de uma racionalização formal — os planos, os orçamentos-programa —, a instabilidade intrínseca de um sistema que está a exigir do planejamento o exercício de uma racionalização substantiva, que coloque em primeiro plano a necessidade de ajustar as relações sociais em sentido amplo com o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Seria ingênuo, entretanto, pensar que existe um “planejamento” capaz de passar da falácia da racionalização formal para a racionalização substantiva, se quisermos usar termos tomados a Weber. É ou será apenas a articulação política dos grupos e classes sociais marginados do poder que pode operar essa passagem; será a transformação das “necessidades sociais” em um projeto de hegemonia quem faz essa junção da infra e da

superestrutura; esse é o desafio lançado agora às classes sociais que, realmente, detêm hoje a quase única possibilidade de construção da Nação. Esse desafio impõe a conquista do aparelho de Estado, numa ampla federação de interesses, e essa é a condição para o planejamento democrático, que não se resume numa versão tecnocrática bem-intencionada de "consulta às bases" mas que se resolve na medida mesma em que as classes sociais subordinadas ganhem o controle do aparelho estatal. Aí então, a síntese entre racionalização formal e substantiva terá visto chegar a sua vez.

3. A GRANDE SÃO PAULO COMO ESPAÇO DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A Grande São Paulo não se constitui em uma "região", muito menos se está inserida, faz parte, do Estado de São Paulo, onde as tendências de homogeneização das relações de produção assumem sua cara mais explícita. Essa impossibilidade de constituir-se em "região" é a responsável pela perplexidade de técnicos que, estudando a composição dos diversos municípios que a compõem, chegam à conclusão que muitos deles *não* pertencem à Grande São Paulo, pela ótica de uma análise funcionalista. Essa ótica funcionalista, entretanto, não resolve o problema, simplesmente pelo fato de que ela não é capaz de dar conta ou dar resposta à pergunta: o que é a Grande São Paulo como espaço social?

Inegavelmente, de qualquer ângulo de análise, a Grande São Paulo destaca-se do resto do Estado, se organizada hierarquicamente uma série de indicadores sócio-econômicos. Mas, vista a questão sob a ótica da divisão social do trabalho e de suas relações com o processo de acumulação setorial e global, a pergunta ganha outro sentido, e conseqüentemente sua resposta. Do ponto de vista da localização industrial, por exemplo, não faz sentido pensar numa "especialização" da Grande São Paulo; ela já ocorreu no passado e, em certa medida, era mesmo a negação da especialização: era a decorrência ou o contraponto entre um Brasil rural e uma Grande São Paulo urbana, um Brasil agrário e uma Grande São Paulo industrial, valendo o mesmo contraponto, em geral, para as relações entre a Grande São Paulo e o Estado de São Paulo. Aliás, a Grande São Paulo *era ela mesma* essa especialização. Agora, perde sentido falar em especialização industrial para a Grande São Paulo. Os processos já descritos no capítulo anterior são suficientes para responder essa questão; não que vá deixar de haver indústrias na Grande São Paulo, ou mesmo que uma certa tendência de

desconcentração industrial chegue à absolutização. A Grande São Paulo, como *zona* de localização industrial, certamente continuará a ser muito privilegiada, em relação a qualquer outra área do Estado e do país; mas já não será exclusiva.

Constitui também uma obviedade perguntar pelo futuro “agrícola” da Grande São Paulo; a resposta já está dada, pela negativa, embora um imenso cinturão verde, onde predominam atividades hortifrutigranjeiras persista na Grande São Paulo, onde a alta produtividade compensa os elevados preços da terra que tornam impeditiva qualquer outra atividade primária. Mas já é menos óbvio o impacto que a “industrialização” da agricultura em geral produzirá sobre a Grande São Paulo: os fluxos migratórios que há décadas procuram a GSP como mercado de trabalho, real ou potencial, tenderão — já apresentam essa tendência há mais de uma década — a diminuir; a modificação das relações de produção e, por consequência, das relações cidade-campo, modificarão certamente o papel das cidades pequenas e médias que serão, agora, também mercado de trabalho. Portanto, a imagem fantástica que demógrafos e urbanistas menos avisados projetam de uma megalópole de 30 milhões de habitantes *não se realizará*, não se materializará esse fantasma, cujo ectoplasma perturba a cabeça dos planejadores. O fantasma urbano é de outra natureza, e reside nas diferenças sociais moldadas pelo estilo da expansão capitalista das últimas décadas.

Sobra o óbvio, que é a chamada “terciarização” da GSP. Esta predominância de um segmento da divisão social do trabalho tornou a GSP a *zona* por excelência de localização dos serviços, e as razões dessa localização foram bastante discutidas anteriormente. Portanto, ficar perguntando se a GSP vai se “terciarizar” é perguntar pelo óbvio e aguardar uma resposta também óbvia. A questão é que caráter vai tomar essa “terciarização”. Em primeiro lugar, tampouco essa “terciarização” será absoluta em relação a outros espaços da divisão social do trabalho, tanto dentro quanto fora do Estado de São Paulo; haverá alguns subsetores onde essa “terciarização” se fará sentir mais agudamente, se desdobrará com maior intensidade e a maior velocidade. Nas três últimas décadas, as proporções entre serviços de produção, consumo individual e consumo coletivo têm-se mantido razoavelmente estáveis no interior da GSP; essa relativa constância explica-se, seja porque o crescimento da circulação de mercadorias e do capital ampliou-se extraordinariamente na GSP exatamente pela sua insólita condição de quase exclusivo pólo industrial, ao passo que a expansão dos serviços de consumo individual foi uma decorrência do extremado processo de concentração da renda; a expansão dos ser-

viços de consumo coletivo deu-se como resultado do crescimento populacional, mas os indicadores *per capita* indicam ou assinalam o que todo mundo sabe: uma extraordinária deterioração das condições de vida da população metropolitana. Sob esse aspecto, vale a pena mencionar os dados de uma pesquisa inédita sobre o papel dos gastos e investimentos públicos, onde se confirmam as hipóteses de que os gastos públicos *não têm* funcionado adequadamente como instrumentos de correção das desigualdades sociais ou de correção da distribuição da renda, mas ao contrário, utilizando-se o modelo analítico de James O'Connor, têm, na verdade, sido canalizados em sua maior parte como "investimentos complementares" ajudando primordialmente à acumulação de capital.

A tendência mais geral pode ser resumida numa seqüência de extrema simplicidade: a GSP constituiu-se primeiramente em *locus* do capital comercial, passando depois para ser o centro por excelência do capital industrial e sendo já agora o centro nervoso do comando do capital financeiro sobre a economia do país. Isto explicita o caráter mais geral das mudanças, e induz a pensar-se qual é o tipo ou tipos de serviços que terão predominância na divisão social do trabalho na GSP, ou, mais propriamente, qual será a estruturação organizacional desses serviços. Como primeira fronteira de expansão do capital industrial e a essa altura do capital financeiro, os serviços na GSP tendem a tomar a forma de empresas, a abandonar um estilo de crescimento horizontal, a capitalizar-se enfim, crescendo o tamanho das empresas, concentrando o capital; em outras palavras, também se projeta sobre os serviços a forma típica de estruturação oligopolística, que nasce da conjunção do capital industrial com o bancário, dando surgimento ao capital financeiro. Isto já é muito visível em certos subsetores e ramos dos serviços: nos supermercados e lojas de departamento, isto é, no comércio de mercadorias; na intensa concentração bancária ocorrida no último decênio; nos grandes revendedores e distribuidores de automóveis e toda classe de bens duráveis de consumo; no aparecimento do que já se está chamando de "quaternário", isto é, escritórios e empresas de consultoria, "engineering", projetamento, processamento de dados; na desapareção relativa das pequenas oficinas, substituídas agora pelas oficinas dos grandes revendedores e distribuidores de automóveis, numa tendência que não é apenas técnica: é imposta pelo padrão oligopolístico existente na indústria: apenas os distribuidores e revendedores autorizados podem "garantir" ao consumidor que a peça que estão substituindo no seu Volkswagen ou no seu brilhante Corcel não é "fajuta". Do ponto de vista do emprego, essa tendência se reflete numa diminuição do mul-

tiplicador de empregos no próprio terciário, ou, se se quiser, a relação “emprego industrial versus emprego nos serviços” é unitária, o que indica o processo de capitalização dos serviços. Em outras palavras, se o terciário nunca foi, conforme pensaram keynesianos vulgares, a cloaca do desemprego abstrato, ele está deixando de sê-lo cada vez mais, e em maior velocidade. A questão do desemprego coloca-se agora em termos gerais, e não mais setoriais. O lavador de carros está sendo substituído pelos postos de lavagem automática, e o próprio guardador de carros nas ruas está sendo substituído pelos estacionamentos, que, quando não constituem uma atividade “per se”, são uma forma dos “rentiers” urbanos aguardarem a valorização de seus terrenos.

Essas tendências colocam a pergunta seguinte: que estrutura social tende a cristalizar-se numa metrópole terciarizada? Que classes sociais e que estrutura de distribuição da renda decorrem de ser a metrópole um espaço da divisão social do trabalho “terciário” por excelência? Parcialmente, a resposta a essas questões decorre da própria estrutura do terciário, mas em grande medida, aqui como em qualquer outro segmento da divisão social do trabalho, a resposta depende da organização das classes trabalhadoras urbanas, assalariadas do terciário. “Per se”, deixada aos mecanismos automáticos, nenhuma “terciarização” supõe em absoluto seja miséria crescente seja ascensão permanente na renda e na estrutura social. No terciário, como em qualquer outra dimensão da divisão social do trabalho, e agora principalmente já que este é uma fronteira de expansão do capital industrial e do capital financeiro, não são as relações apenas técnicas que determinam a estrutura de distribuição da renda; estas são relações sociais e será também na medida em que os atores sociais se transformarem em atores políticos, que a automaticidade intrínseca a um sistema que, no terciário como em qualquer outro setor, *separa* trabalhadores dos meios de produção, poderá ser invertida. Se nos anos do “milagre” uma intensíssima acumulação se deu por sobre o destino de milhões de trabalhadores, por que pensar que a expansão do terciário *necessariamente* melhorará os padrões de distribuição do produto social?

Uma última indagação percorre e gela — por vezes — o sangue dos planejadores. A “terciarização”, no quadro da atual estrutura fiscal, não rebaixará os recursos fiscais, desde que os impostos sobre serviços não têm a mesma potência que os impostos sobre a produção industrial? Não estará a GSP e particularmente o município e a cidade de São Paulo condenadas a um futuro nova-iorquino? Certamente, New York po-

derá estar dizendo a São Paulo *de le fabula narratur*, desde que os processos sociais que ocorrem aqui e alhures têm a mesma matriz; até certo ponto, os porto-riquenhos e os negros de New York encontram sua contrapartida paulistana nos “paus de arara” da construção civil e no quase-lumpen dos guardadores, lavadores de carro, biscateiros, vendedores de bilhetes de loteria, “trombadinhas” e “trombadões”. O que os assemelha é a mesma matriz social e a mesma falta de representatividade e poder político. O que pode desassemelhá-los contará certamente para obterem representatividade e poder político. Esta é sua tarefa, que não pode ser assumida por ninguém mais, inclusive pelos organismos de planejamento — ou principalmente pelos organismos de planejamento. Não está inscrito na história que *necessariamente* uma metrópole terciarizada deverá ser menos pobre de recursos públicos que uma zona de localização industrial; isto ocorre na medida em que o Tesouro Público no capitalismo monopolista foi transformado em alavanca e pressuposto geral dos processos de acumulação; na medida em que o Estado foi *privatizado*. Como tarefa política fundamental das classes sociais que vão morar e produzir na metrópole terciarizada, válida ademais para qualquer outro espaço de divisão social do trabalho no Brasil, é recuperar o controle político do Estado, melhor dizendo, ganhá-lo. O velho aforismo cínico dos tempos populistas de que “fora do Estado não há salvação” passa a ter, agora, uma atualidade dramática e crucial: mas se tratará certamente de outro Estado.